

POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS NA UNEB: Memórias de um acontecimento histórico

*Valdério Santos Silva**

RESUMO

O texto resume alguns aspectos dos debates atuais sobre as políticas de Ações Afirmativas no Brasil e, em particular, as modalidades de cotas para o acesso de negros e índios ao ensino universitário. Relata também sobre os bastidores, discursos e debates que marcaram a inclusão do sistema de cotas na Universidade do Estado da Bahia - UNEB com a pretensão de contribuir para uma genealogia dos acontecimentos que marcaram o mais turbulento evento das relações raciais no Brasil neste início de século XXI.

Palavras-chave: Políticas afirmativas. Sociologia. Relações raciais. Genealogia.

RESUMEN

El texto resume algunos aspectos de los debates actuales sobre las políticas de acción afirmativa en Brasil y, en particular, las modalidades de cuotas para el acceso de negros e indígenas a la enseñanza universitaria. Relata también sobre las bastidores, discursos y debates que definieron la inclusión del sistema de cuotas en la Universidad del Estado de Bahia – UNEB, con la pretensión de contribuir para una genealogía de los acontecimientos que definieron el mas turbulento evento de las relaciones raciales en Brasil en este inicio del siglo XXI.

Palabras clave: Políticas afirmativas. Sociología. Relaciones raciales. Genealogía

ABSTRACT

This text reviews some aspects of current debates on the politics of affirmative action in Brazil focusing particularly on the modalities of quotas aiming to facilitate the access of blacks and Indians to university education. It also relates the backstage, speeches and debates that marked the inclusion of the quota system at the Universidade do Estado da Bahia - UNEB, with the goal of contributing to the construction of a genealogy of events that marked the most turbulent moment in Brazilian race relations at the beginning of the XXI century.

Keywords: Affirmative action. Sociology. Race relations. Genealogy.

As Políticas de Ações Afirmativas e, em especial, as modalidades de cotas ou reserva de vagas, que incentivam o acesso dos estudantes

* Professor de Sociologia do Departamento de Educação do Campus I da Universidade do Estado da Bahia – UNEB e doutorando do Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos da Universidade Federal da Bahia – UFBA.

negros e índios nas universidades públicas, constituíram-se nos últimos sete anos em uma das temáticas mais polêmicas do debate sobre as relações raciais no Brasil.

Para as Ciências Sociais e de acordo com alguns intelectuais negros¹, as Ações Afirmativas são iniciativas originadas sobretudo no âmbito das instituições públicas, visando à inclusão social de grupos discriminados por motivos raciais, nacionais, geracionais, sexuais, de gênero, ou por outros atributos físicos ou culturais ensejadores de desvantagens individuais ou coletivas.

No Brasil, as Ações Afirmativas alcançaram maior visibilidade recentemente com a instituição do *sistema de cotas* nas universidades públicas, notadamente após a Universidade do Estado da Bahia – UNEB, em julho de 2002, ter aprovado, no Conselho Universitário – CONSU, a histórica Resolução de reservar 40% das vagas, no processo seletivo, aos estudantes negros que estudaram em escolas públicas². A decisão da UNEB repercutiu intensamente nas comunidades acadêmicas em todo o Brasil e abriu caminho para uma agressiva disputa política e filosófica quanto à pertinência de tais políticas fora dos muros das universidades, inclusive dentro do Congresso Nacional³.

A notável repercussão social, após a implantação das cotas na UNEB, pôs em evidência uma questão chave envolvida nessa discussão: o que justifica a adoção do sistema de cotas no ensino superior?

Para os defensores das políticas afirmativas, existem obstáculos raciais objetivos e subjetivos construídos historicamente na sociedade brasileira que impedem ou dificultam que negros e brancos concorram em igualdade de condições às oportunidades de acesso ao sistema de ensino universitário, especialmente nas prestigiadas universidades públicas. O racismo no Brasil — originado da escravização de negros e índios pelos colonizadores portugueses — se reproduziu no período posterior à abolição, através de mecanismos sociais que influenciaram decisivamente no processo de inferiorização e marginalização de negros

¹ Cf. BARBOSA et al. (2003); GUIMARÃES (1999); GUIMARÃES, HUNTLEY et al. (2000); SILVA, SILVÉRIO (2003); SANTOS, ROCHA (2007).

² Resolução de autoria dos professores Valdério Santos Silva e Wilson Roberto de Matos e do discente Osni Cardoso de Oliveira, aprovada pelo Conselho Universitário da UNEB – CONSU, em reunião realizada no dia 18 de julho de 2002.

³ Em maio de 2006 foi realizada uma Audiência Pública da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados para discutir o Projeto governamental que institui as cotas nas universidades públicas federais. Dessa Audiência participaram professores de diferentes universidades brasileiras, inclusive o autor deste texto. Em 2007, uma nova Audiência Pública foi realizada pela Câmara dos Deputados e o tema foi novamente discutido.

e índios na sociedade nacional. Processo que resultou em gritantes assimetrias entre os grupos étnicos formadores da sociedade brasileira, nos planos econômicos, políticos, sociais, culturais e estéticos. De acordo com os defensores das políticas afirmativas, tais distorções justificariam a adoção das Ações Afirmativas como políticas de Estado.

Em 2006, o então governador do Estado de São Paulo, Sr. Cláudio Lembo (DEM), em meio a uma onda de atentados no estado que colocou em xeque a segurança pública e espalhou medo e pânico na população, declarou que os referidos atentados estavam associados às facilidades com que o crime organizado recrutava das camadas pobres e negras da população os seus *soldados*. Daí a razão do seu desabafo de existir no Brasil “uma burguesia muito má, uma minoria branca muito perversa”⁴. Esta contundente declaração pública de um governador que pertence a um partido sabidamente conservador repercutiu imediatamente em todo país. No âmbito das discussões sobre as Ações Afirmativas, provocou constrangimentos nos opositores de tais políticas e reforçou sobremaneira a argumentação dos que eram favoráveis à adoção das mesmas com a finalidade de corrigir as desigualdades engendradas pelo racismo. A entrevista do governador legitimaria também os discursos dos movimentos negros que há muito tempo denunciam o silêncio dos beneficiários diretos e indiretos do sistema racial brasileiro. Em outro trecho de sua instigante entrevista, o Sr. Cláudio Lembo é ainda mais enfático ao explicar como as desigualdades raciais foram historicamente construídas:

[...] A casa grande tinha tudo e a senzala não tinha nada. Então é um drama. É um país que quando os escravos foram libertados, quem recebeu indenização foi o senhor, e não os libertos como aconteceu nos EUA. Então é um país cínico. É disso que nós temos que ter consciência. O cinismo nacional mata o Brasil.⁵

Os que são contrários às políticas afirmativas — como a antropóloga Yvonne Maggie, conforme procuramos demonstrar em um artigo publicado no jornal *A Tarde*⁶ —, concentraram suas forças para impedir a votação no Congresso Nacional do Estatuto da Igualdade Racial⁷. Aprovar este Projeto de Lei corresponderia, segundo a professora

⁴ *Jornal Folha de São Paulo*, 18 de maio de 2006.

⁵ *Jornal Folha de São Paulo*, 18 de maio de 2006.

⁶ *Jornal A Tarde*, 29 de novembro de 2007.

⁷ Projeto de Lei que tramita no Congresso Nacional que prevê, dentre outras ações, a implantação de políticas públicas de Ações Afirmativas em vários âmbitos da vida social onde ocorre maior incidência de desigualdade entre negros e brancos na sociedade brasileira.

Yvonne Maggie, uma “operação política e ideológica para transformar nossa sociedade em uma sociedade dividida ‘legalmente’ em brancos e negros [...]”⁸. Em outra entrevista ela até admite a existência do racismo: “Os brasileiros sofrem dessa praga. No entanto, para combater o racismo, a primeira providência terá que ser abolir o critério e a idéia de raça”⁹.

Pode-se observar que a antropóloga Yvonne Maggie, no afã de impedir a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial que prevê a adoção de políticas de Ações Afirmativas — como o sistema de cotas nas universidades públicas e a titulação das terras dos quilombos, entre outras medidas —, subverte sofisticadamente a argumentação dos que querem aprová-lo: as políticas públicas de Ações Afirmativas são necessárias inclusive porque o racismo dividiu a sociedade brasileira entre brancos e negros e, além disso, favoreceu a disseminação da idéia de que os brancos seriam superiores e os negros inferiores. Ou seja, quem criou o racismo e dele se alimenta, sem que para isso tenha sido necessário a aprovação de leis raciais, como aconteceu nos EUA e na África do Sul, são os que se recusam a reconhecer como privilégios a ocupação da maior parte das vagas nos cursos de maior destaque social nas universidades públicas e o acesso garantido aos requisitados empregos e funções no mercado de trabalho: os segmentos brancos da sociedade brasileira. Tais privilégios são vistos como *direitos adquiridos* ou o resultado de *méritos individuais*, como argumentam cinicamente alguns. Não fosse às desigualdades sociais entre negros e brancos no Brasil, uma derivação do modelo racial aqui construído, não haveria necessidade de políticas afirmativas e reparatórias, fato amplamente denunciado pelos movimentos negros e comprovado pelas pesquisas de instituições insuspeitas como o IBGE e o IPEA.

A polêmica em torno das Políticas de Ações Afirmativas, notadamente a reserva de vagas para negros e índios nas universidades públicas, não está circunscrito, conforme vimos, a uma divergência acadêmica. Diferentes segmentos e instituições da sociedade têm se manifestado e reagido, de acordo com os seus interesses e pontos de vista, para defender ou tentar impedir a implantação dessas políticas. Esses interesses e pontos de vista conflitantes estiveram presentes, ainda que dissimuladamente, no momento da aprovação do sistema de cotas da UNEB, em 2002.

A votação do Conselho Universitário – CONSU em que foi aprovado o Parecer instituindo o sistema de cotas para negros na Universidade do

⁸ *Folha de São Paulo*, 11 de outubro de 2006.

⁹ *Jornal Nacional da Rede Globo*, 26 de novembro de 2007.

Estado da Bahia – UNEB, totalizando vinte e oito votos a favor e três abstenções, portanto, uma contagem amplamente favorável, não refletiu com exatidão o volume das discussões e a exaltação de ânimos dos integrantes do Conselho no processo que antecedeu à votação. Nas longas horas em que a matéria esteve em pauta, somente dois conselheiros defenderam o Parecer. A tarefa mais difícil para os conselheiros defensores da Resolução no CONSU (Valdério Silva e a professora Ivete Alves do Sacramento)¹⁰ não foi a de refutar as argumentações contrárias à instituição do sistema de cotas, mas sim, desmontar manobras e subterfúgios que pretendiam desqualificar a matéria em discussão e, com isso, procrastinar a sua aprovação. Dizia-se, por exemplo, que o assunto era “desconhecido” da comunidade universitária, precisava ser “amadurecido” ou que não havia sido “discutido” previamente. Essas tentativas de impedir a votação da matéria, entretanto, não surtiram efeito. Restou, então, aos opositores do sistema de cotas, embora na reunião do CONSU eles não se arrogassem como tais — é sintomático no Brasil um comportamento evasivo ao se discutir as relações raciais —, justificar que a pretensão deles não era ser “contra” as cotas e sim “problematizar” e “levantar questões” para uma melhor “reflexão”. Como vemos, uma forma astuciosa e dissimulada para impedir a aprovação da resolução no Conselho.

Em meio às argumentações tortuosas e oblíquas, defesas explicitamente contrárias às cotas foram assacadas na histórica reunião do Conselho Universitário. Dizia-se, por exemplo, que as cotas poderiam ferir “direitos adquiridos”, partindo-se da premissa de que o sistema do vestibular tradicional era o mais “isento e democrático”; que as cotas “dividiriam” a Universidade entre cotistas e não cotistas (subtenda-se: entre negros e brancos); e, finalmente, que o sistema de cotas poderia “rebaixar” o nível de qualidade do ensino na UNEB, na medida em que os estudantes negros ingressos estariam despreparados intelectualmente para cursar uma universidade.

Interessante é que esta última argumentação ensejou o aparecimento de um movimento extemporâneo de defensores ardorosos da melhoria da qualidade do ensino público, contanto, óbvio, que essa alternativa fosse um substitutivo lógico ao sistema de cotas para negros.

¹⁰ O professor Wilson Roberto de Matos, um dos autores do Parecer, estava ausente da reunião do CONSU para representar a UNEB em um evento em outro estado; já o aluno Osni Duarte, o outro autor do Parecer, teria sido desautorizado a defender a Resolução pela então diretoria do DCE, com a alegação de que um Congresso de estudantes aprovara a proposta de um sistema de cotas apenas para alunos oriundos da rede pública de ensino, excluindo, portanto, as cotas raciais.

Os que entenderam o sentido oportunista dessa proposição responderam que o ensino médio público deveria e deve ser melhorado, inclusive porque nele concentra a maior parte da população negra. Porém, a adoção das políticas de Ações Afirmativas como um facilitador do acesso de negros e índios no sistema universitário público ainda assim se justificaria, notadamente, porque elas representam uma tentativa pedagógica de confrontar e desconstruir o sistema racial brasileiro, responsável por colocar negros e índios, em comparação com os brancos, em condições de *desvantagens* em todos os planos da vida política, social, econômica e cultural da sociedade brasileira, inclusive no que concerne o acesso ao ensino público universitário. Além disso, as melhorias quantitativas das escolas públicas devem ser acompanhadas de transformações qualitativas que acolham as trajetórias e as experiências culturais dos negros e índios no Brasil, porque somente assim, será possível desconstruir as bases raciais conformadoras da ideologia educacional presentes nos currículos escolares, materiais pedagógicos, entre outros, responsáveis pela disseminação no imaginário da sociedade brasileira de que negros e índios são incapazes e inferiores aos brancos. Esse seria um dos caminhos, conseqüentemente, para superar as desigualdades entre negros e brancos.

O acirrado debate na reunião do CONSU se reproduziria, mais tarde, na imprensa e nos eventos públicos com uma força inaudita após as cotas terem sido oficializadas pela UNEB. Foi necessário que a então reitora, a professora Ivete Sacramento, criasse informalmente uma espécie de *força tarefa*¹¹ para divulgar as decisões tomadas pelo CONSU junto aos Departamentos da UNEB. Os seus integrantes teriam também a missão de informá-las ao grande público, que passou a conhecer o mérito do assunto através da imprensa, à época, pouco simpática às cotas.

A aprovação do sistema de cotas na UNEB despertou também interesse e curiosidade no Brasil inteiro. Muitos foram os convites para seminários e palestras em universidades públicas e privadas, e até mesmo o Conselho Nacional de Educação abriu as suas portas para que a novidade fosse apresentada em uma sessão plenária. Sem dúvida, o

¹¹ Participaram desse esforço professores e professoras da capital e do interior, a exemplo Ivete Sacramento, Wilson Matos, Valdério Silva, Ana Célia da Silva, Delcele Mascarenhas, Ronaldo Barros, e outros(as) colegas que defendiam as políticas de ações afirmativas aprovadas pelo CONSU. Esses docentes fariam parte, mais tarde, da equipe que elaboraria o Projeto de Seminário Temático Cultura Africana e Afro-Brasileira, acolhida pelo Programa Rede UNEB 2000, e que se transformaria em uma disciplina regular do currículo deste programa pioneiro de inclusão social da Universidade do Estado da Bahia.

sistema de cotas da UNEB contribuiu decisivamente para que a experiência se tornasse conhecida e discutida no Brasil inteiro e, nos anos seguintes, implantada na maior parte das universidades públicas brasileiras.

Nos debates públicos, os defensores das cotas sustentaram a tese de que o racismo é o principal operador de desigualdades sociais entre negros e brancos no Brasil, e esta é, por conseguinte, a mais importante justificativa para a inclusão das cotas no sistema público universitário. As referidas políticas contribuem igualmente para elevar a auto-estima dos jovens negros que estão marginalizados na sociedade brasileira, além de estimular transformações de ordens pedagógicas e psicológicas, assim como coibir a discriminação presente e eliminar os efeitos da discriminação passada, conforme as lúcidas ponderações do atual Ministro do Superior Tribunal Federal, Dr. Joaquim Barbosa Gomes. Enfim, nos ambientes sociais, onde as Ações Afirmativas foram implantadas, a tendência seria a de aumentar a representatividade e a diversidade dos segmentos étnico-raciais formadores da sociedade brasileira.

Outro aspecto ressaltado nos debates foi o de mostrar que as políticas compensatórias ou de Ações Afirmativas constituem experiências já conhecidas no Brasil. As aposentadorias rurais, os créditos subsidiados para agricultura familiar, as políticas de proteção trabalhistas e de salário mínimo são alguns exemplos conhecidos. Foram lembradas, igualmente, as leis vigentes que estabelecem cotas para as mulheres nas listas partidárias (Lei 9.504/97), nos concursos públicos para os portadores de deficiência (Lei 8.112/90) e no setor privado (8.213/91), entre muitas outras. Desse modo, é injustificado o argumento de que o tema das políticas afirmativas seja estranho à experiência cultural brasileira.

As argumentações dos defensores do sistema de cotas não foram suficientes, contudo, para conter o descontentamento dos que se diziam "prejudicados" com tal política e nem arrefeceu as críticas dos opositores inconformados com a decisão do CONSU. Algumas manifestações, a exemplo de cartas apócrifas, não escondiam a natureza racista de uma parte dos opositores, sobretudo contra a reitora da Universidade do Estado da Bahia, a professora negra Ivete Alves do Sacramento. Os que se dispuseram a defender pública e legitimamente suas idéias e interesses utilizaram-se de petições, junto ao judiciário, para anular as decisões da Universidade; outros concederam entrevistas em emissoras de televisão, escreveram artigos na imprensa escrita ou, ainda, expuseram as suas idéias em inúmeros debates públicos dentro e fora da Universidade. Uma genealogia, no sentido foucaultiano, desse conturbado contexto revelará as estratégias, os diferentes movimentos e confrontos das idéias

e quais os consensos alcançados após a implantação do sistema de cotas na UNEB.

No ano de 2006, a Comissão Permanente do Vestibular da UNEB – COPEVE divulgou duas informações importantes acerca do sistema de cotas implantado na Universidade. Uma delas é a de que o índice de evasão dos que ingressaram pelo sistema de cotas é menor, em comparação com os alunos não cotistas. A segunda é a de que as notas médias dos alunos cotistas e não cotistas, nas disciplinas de alguns cursos de prestígio social elevado, estão em um nível muito próximo, sendo que, em alguns casos, as notas médias dos cotistas são até mais elevadas. Estas duas informações, que falam por si mesmas, é uma importante resposta para os que presumiam, preconceituosamente, que os cotistas tenderiam a abandonar a universidade ou não teriam condições de acompanhar os cursos por “incapacidade intelectual”.

Neste sentido, podemos afirmar que o ingresso de estudantes negros na Universidade do Estado da Bahia, através das políticas de cotas, contribuiu para diversificar a paisagem étnico-racial nas salas de aula em prestigiados cursos, como Urbanismo, Nutrição, Administração, Direito, Engenharia de Pesca, Agronomia e Pedagogia, cursos que antes das cotas, praticamente não acolhiam alunos negros. Presumimos que a médio e longo prazo, a presença desses alunos nestes e em outros cursos mais concorridos resultará na formação de especialistas negros em condições de competir por um emprego mais qualificado no mercado de trabalho. Essa diversificação étnico-racial na Universidade, por outro lado, tenderá a aumentar o interesse pela discussão e pesquisa de temas referentes às relações raciais no Brasil. Na experiência concreta de sala de aula, constata-se que é significativo o desconhecimento dos alunos que ingressam na UNEB sobre assuntos concernentes à nossa formação étnico-racial e de como são reproduzidas as desigualdades sociais na sociedade brasileira, o que reforça, portanto, a importância pedagógica das Ações Afirmativas como ensejadoras de reflexões, debates, pesquisa e extensão.

A despeito desses avanços assinalados, ainda há, entretanto, alguns obstáculos que precisam ser superados, de acordo com a experiência dos professores da UNEB. O primeiro obstáculo é que a discussão de temas de natureza étnico-racial em sala de aula ainda depende quase que exclusivamente da convicção ou da boa vontade do professor/a, tanto para a inclusão do assunto no planejamento da sua disciplina como também para a disponibilização de material didático aos alunos. O segundo obstáculo é que os nossos currículos ainda são *etnocêntricos* e, de um modo geral, não contemplam a discussão do tema. O terceiro

é que as nossas bibliotecas não dispõem de material de pesquisa suficiente sobre a temática¹².

Não obstante essas e outras dificuldades, nas oportunidades em que os temas relacionados à realidade dos negros no Brasil foram colocados em debate nas salas de aula, a participação foi sempre muito intensa e as revelações de trajetórias pessoais ressaltaram a imensa riqueza de como essa discussão poderá ser útil como elemento formativo e também como ferramenta para desconstruir mitos estabelecidos.

Devemos registrar também que a implantação do sistema de cotas tem estimulado a articulação de uma nova e ativa militância negra na Universidade. Grupos de estudantes têm se organizado paralelamente à estrutura política acadêmica tradicional para o desenvolvimento de trabalhos sociais com populações negras urbanas e rurais em Salvador e no interior do estado, além de participarem também da vida política acadêmica. Esse fenômeno é importante porque instaura um processo educativo paralelo ao sistema curricular oficial da UNEB e incentiva a conformação de novas alternativas epistemológicas.

Para o vestibular de 2009, o sistema de cotas da UNEB passou por um processo de avaliação e aperfeiçoamento e agora os indígenas passam a fazer parte dos beneficiários dessa política dentro da Universidade. Acreditamos que desse modo a política de cotas na Universidade do Estado da Bahia se aperfeiçoa com a experiência e se firma como um projeto válido e conseqüente de combate ao racismo no âmbito da educação universitária.

REFERÊNCIAS

AQUINO, Julio Groppa (Org.). **Diferenças e Preconceito na Escola: alternativas teóricas e práticas**. 3. Ed. São Paulo: Summus Editorial, 1998;

BARBOZA, Lúcia Maria de Assunção, SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e, SILVÉRIO, Valter Roberto (Orgs.). **De Preto a Afro-descendente**. São Carlos: Edufscar, 2003;

GOMES, Nilma Lino e SILVA, Petronilha B. Gonçalves (Orgs.). **Experiências Étnico-Culturais para a Formação de Professores**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002

¹² Cf. GOMES; SILVA (2002); OLIVEIRA (2005); AQUINO (1998); MUNANGA, (2001).

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Racismo e Anti-racismo no Brasil**. São Paulo: Editora 34, 1999;

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo e HUNTLEY, Lynn (Orgs.). **Tirando a máscara – ensaios sobre o racismo no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2000;

MUNANGA, Kabengele (Org.). **Superando o racismo na escola**. Brasília: Ministério da Educação/SEF, 2001.

OLIVEIRA, Rachel de. **Tramas da Cor, enfrentando o preconceito no dia-a-dia escolar**. São Paulo: Selo Negro Edições, 2005

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e, SILVÉRIO, Valter Roberto. **Educação e Ações Afirmativas – entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica**. Brasília: INEP/MEC, 2003;

SANTOS, Ivanir dos, ROCHA, José Geraldo da (Orgs.). **Diversidade e Ações Afirmativas**. Rio de Janeiro: CEAP, 2007.